



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Defesa Civil  
Superintendência Administrativa

Edital de Licitação nº 28/2021

Processo nº SEI-270042/000175/2021

**AVISO DE EDITAL**  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2021  
PROCESSO N.º: SEI-270042/000175/2021  
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

## 1 - INTRODUÇÃO

**1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela Secretaria de Estado de Defesa Civil, com sede na Praça da República nº. 45, Centro – RJ, CEP: 20211-350, torna público que, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Defesa Civil, na forma do disposto no processo administrativo n.º SEI-270042/000175/2021, que no dia, hora e local indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.091, de 27 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Decreto Estadual nº 41.203, de 03 de março de 2008, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

**1.2** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

**1.3** As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4** O edital se encontra disponível no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01 (uma) resma de papel A4, na Coordenação de Licitações e Contratos do Departamento de Administração e Finanças/SEDEC, com sede na Praça da República nº. 45, Centro – RJ.

**1.5** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Coordenação de Licitações e Contratos do Departamento Geral de Administração e Finanças/SEDEC, com sede na Praça da República nº. 45, Centro – RJ, de 9h às 17h, ou, ainda, através do fac-símile nº. 0xx21 2333-3086 ou e-mail: [pregoeletronico@cbmerj.rj.gov.br](mailto:pregoeletronico@cbmerj.rj.gov.br).

**1.5.1** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

**1.6** Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Coordenação de Licitações e Contratos do Departamento Geral de Administração e Finanças/SEDEC, com sede na Praça da República nº. 45, Centro – RJ, de 9h às 17h, ou, ainda, através do telefone nº: (21) 2333-3085 ou e-mail [pregoeletronico@cbmerj.rj.gov.br](mailto:pregoeletronico@cbmerj.rj.gov.br).

**1.6.1** Caberá ao Ordenador de Despesas, auxiliado pelo pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

**1.7** Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) através do PE XX/2021 na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## **2 – DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1** O objeto do presente Pregão Eletrônico é a contratação de empresa para prestação de serviços especializados em planejamento, organização e realização de exame intelectual, para realização de Concurso a fim de selecionar candidatos para provimento de vagas no Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista (CHOAE/2021) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), com o fornecimento completo de recursos materiais, humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação, correção das provas, divulgação de gabaritos, análise de recursos referente ao concurso em qualquer instância, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, de acordo com as especificações do Termo de Referência (Anexo 09).

**2.1.1** O serviço a ser prestado pela contratada é de forma **não** contínua (por escopo), conforme a tabela 3 do Termo de Referência, devendo cumprir todas as seguintes etapas:

- Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso;
- Publicação das Instruções Reguladoras do Concurso;
- Inscrição no Concurso;
- Confirmação de Inscrição;
- Definição dos Locais para Aplicação do Exame Intelectual;
- Publicação final dos Inscritos no Concurso;
- Elaboração do Banco de Questões do Exame Intelectual;
- Exame Intelectual (Primeira Chamada);
- Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada);
- Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada);
- Exame Intelectual (Segunda Chamada);
- Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada);
- Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada);
- Divulgação de Resultado;
- Prazo de Recurso da Divulgação de Resultado e
- Divulgação Final do resultado e Classificação Final.

**2.1.2** As provas serão aplicadas nos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Barra Mansa, Petrópolis, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Niterói, Cabo Frio e Angra dos Reis. Para tanto, deverá constar no formulário de inscrição on-line o campo destinado à escolha de um dos municípios para realização de prova.

**2.1.3** Os locais de prova deverão ser preferencialmente escolas, faculdades ou outros que disponham de infraestrutura para referida atividade, tais como: mesa, carteira, quadro para possíveis avisos, iluminação adequada, local protegido de possíveis intempéries, climatizado, dotados de banheiros, e que ofereçam condições confortáveis para a realização do exame. Devendo-se atentar quanto às medidas sanitárias necessárias para evitar a propagação do COVID-19.

**2.1.4** Os locais dos demais serviços ficarão a cargo da empresa contratada, devendo cumprir os serviços dentro dos prazos estabelecidos.

**2.1.5** As provas deverão ter como conteúdo programático: Língua Portuguesa, Matemática, Disciplina de conhecimentos profissionais de Bombeiro-Militar ( Atendimento Pré-hospitalar, Combate a incêndio, Ordem unida, Legislação de Bombeiro-Militar), conforme referências bibliográficas citadas no item 5 do Termo de Referência.

**2.1.6** A Contratada deverá comprometer-se a prestar os serviços de acordo com as normas do serviço e com a estrita observância do instrumento convocatório (Termo de Referência), da Proposta de Preços e da legislação vigente.

**2.2** O objeto será executado segundo o regime de execução de **empreitada por preço global**.

**2.3** O prazo de execução do Contrato será de 12 meses contados a partir da assinatura e deverá seguir o seguinte cronograma:

SERVIÇO	PRAZO
Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso	INÍCIO
Publicação da Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso	Sete dias após o início do processo
Inscrição do concurso	As inscrições deverão permanecer abertas por cinco dias.
Divulgação da relação preliminar dos candidatos inscritos	Cinco dias após o término do período de inscrição do concurso.
Interposição de recurso à lista de inscritos online junto à empresa contratada	Um dia após a divulgação da relação preliminar dos candidatos inscritos. Deverá permanecer aberta por dois dias.
Publicação final dos inscritos no Concurso	Dois dias após o resultado da interposição de recursos à lista de inscritos on-line.
Definição dos locais para Aplicação do Exame Intelectual	A cargo da empresa contratada, conforme o item 4.1.1 do presente T.R.
Confecção do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI)	Dois dias após a publicação final dos inscritos no concurso.
Exame Intelectual (Primeira Chamada)	Vinte dias após a publicação final dos inscritos no concurso.
Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	Dois dias após o Exame Intelectual (Primeira Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	Concomitante à divulgação do Gabarito (Primeira Chamada). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos (Primeira Chamada)	Cinco dias após o prazo de Recursos (Primeira Chamada).
Exame Intelectual (Segunda Chamada)	Quinze dias após a aplicação do Exame Intelectual (Primeira Chamada)
Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	Dois dias após o Exame Intelectual (Segunda Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	Concomitante à divulgação do Gabarito (Segunda Chamada). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos (Segunda Chamada)	Cinco dias após o prazo de Recursos (Segunda Chamada).
Divulgação de Resultado Preliminar do Exame Intelectual (Primeira e Segunda Chamada) e Classificação Parcial dos candidatos.	Cinco dias após a divulgação do resultado dos recursos (Segunda Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação de Resultado	Concomitante à divulgação do resultado preliminar (Primeira e Segunda Chamadas). Os candidatos

Preliminar	(Primeira e Segunda Chamadas). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos atinentes ao Resultado Preliminar	Cinco dias após o fim do prazo de Recursos da divulgação do resultado (Primeira e Segunda Chamadas).
Divulgação Final do resultado e Classificação Final	Cinco dias após o fim do prazo da Solução dos Recursos atinentes ao Resultado Preliminar

### 3 - DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	21	6	2021	09h
Limite acolhimento das propostas	1	7	2021	08h59min
Data de abertura das propostas	1	7	2021	09h
Data da realização do Pregão	1	7	2021	09h30min
Processo nº	SEI-270042/000175/2021			
Tipo	MENOR PREÇO GLOBAL			
Prazo para impugnação	até 02 (dois) dias úteis			
Data da publicação	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

### 4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**FONTE:** 232000000

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 06128047645690000

**NATUREZA DA DESPESA:** 3390

### 5 - TIPO DE LICITAÇÃO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

5.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.2 O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE é R\$ 196.314,00 (Cento e noventa e seis mil,

trezentos e quatorze reais)

## **6 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1** Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

**6.2** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

**a)** Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

**b)** Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**6.3** Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

**6.3.1** Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**6.4** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

**6.5** O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

**6.5.1** Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

**6.5A** O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

**a)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

**b)** impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

**c)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**6.6** Será permitida a participação de licitantes em regime de consórcio, na seguinte forma:

**6.6.1** As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o ÓRGÃO LICITANTE pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo.

**6.6.2** No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

**6.6.3** Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

**6.6.3.1** As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.

**6.6.4** As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem em qualquer outro consórcio.

## **7. CREDENCIAMENTO**

**7.1** Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

**7.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

**7.2.1** O licitante, para obter o código para acesso ao SIGA, deverá acessar o endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), clicar na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguir as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

**7.2.1.1** O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante envia a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão no endereço informado no portal.

**7.2.1.2** Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha é apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

**7.3** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

**7.4** A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente a SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

**7.5** O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

## **8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

**8.1** Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.

**8.2** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**8.3** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

**8.3.1** No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do Anexo 6, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 12.1.1.

**8.4** Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1** A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

**9.1.1** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**9.1.2** O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa, anexo - 1, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

**9.1.3** Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (*folders, prospectos, declarações, etc.*) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

**9.1.4** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material (is) constante(s) do objeto desta licitação.

**9.2** A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento de preços será considerada.

**9.2.1** Quando a execução do objeto contratual envolver a prestação de serviços com mão de obra residente, a proposta de preços deverá ser formulada com base na norma coletiva da entidade representativa da respectiva categoria do local da efetiva prestação dos serviços.

**9.3** Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo 7 do Edital.

**9.4** O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

**9.5** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

**9.6** A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**9.7** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

**9.7.1** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Administração, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

## **10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**10.1** A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**10.1.1** O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

**10.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de

aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até às 17h e 20min, tendo em vista que às 18h o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação.

10.8.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

## **11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar



proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

**11.3.3** Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4 Se a proposta preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

11.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

11.6 A critério do pregoeiro poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

## **12 - DA HABILITAÇÃO**

### **12.1 – Regras Gerais**

12.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor deverá encaminhar, numerando todas as folhas e discriminando, na parte externa do envelope lacrado, o número de folhas do seu conteúdo, para a Coordenação de Licitações e Contratos do Departamento Geral de Administração Finanças/SEDEC com sede na Praça da República N° 45 - Centro – RJ, de 9h às 17h, ou, ainda, através do e-mail [pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br](mailto:pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br), no prazo máximo de três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

**a)** declaração, na forma do Anexo 7 – Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

**a.1)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

**a.2)** impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

**a.3)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**b)** os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.6;

**c)** a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

**12.1.1.1** Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

**12.1.1.2** Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.1.2 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

12.1.3 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**12.1.4** Para fins de consulta direta aos documentos de habilitação em processo licitatório o Certificado de Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, do Poder Executivo Federal, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

**12.1.4.1** Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5.

**12.1.4.2** Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.6.

## **12.2. Habilitação Jurídica:**

**12.2.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) cédula de Identidade e CPF dos sócios ou diretores;

b) registro comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

## **12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**12.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

**c.1) Fazenda Federal:** apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

**c.2) Fazenda Estadual:** apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

**c.2.1)** Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

**c.3) Fazenda Municipal:** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do **FGTS** – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

**12.3.2.1** Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

**12.3.2.2** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

**12.3.2.3** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

**12.3.2.4** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **12.4 Qualificação Econômico-Financeira**

**12.4.1** O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

**12.4.2** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

## **12.5 Qualificação Técnica**

**12.5.1** Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**12.6** Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

**12.6.1** Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo 5, de que não possuem em seus

quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

## **12.7 – Do Prazo de Validade das Certidões**

**12.7.1** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

## **12.8 COOPERATIVAS DE TRABALHO**

**12.8.1** Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

**12.8.2** A cooperativa de trabalho, que deverá ser regida pela Lei nº 12.690/12, deverá atender, conforme o caso, às exigências da cláusula xx deste ato convocatório, no que couber, assim como apresentar, também no envelope de habilitação, os seguintes documentos:

I - ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;

II - estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

III - regimento interno (com ata da aprovação);

IV - regimento dos fundos (com ata de aprovação);

V - edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

VI - registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

VII - ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

VIII - relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

IX - ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

**12.8.3** Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

a) fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

b) cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

**12.8.4** Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não observar o disposto no inciso IX do item 12.2.8.2.

**12.8.5** A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis às sanções cíveis e administrativas cabíveis.

## **13 - DOS RECURSOS**

**13.1** O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, **após a declaração de vencedor** pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

**13.2** A falta de manifestação do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**13.3** As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail (pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br), com posterior envio do original, para a Coordenação de Licitações e Contratos do Departamento Geral de Administração e Finanças/SEDEC, com sede na Praça da República nº. 45, Centro – RJ, o desde que observado, quanto a este último, o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

**13.4** A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

**13.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.6** As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

## **14 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela AUTORIDADE SUPERIOR. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a AUTORIDADE SUPERIOR adjudicará e homologará o procedimento.

**14.2** Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Ordenador de Despesas, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

**14.3** O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo 7, como condição para assinatura do contrato.

**14.4** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pela AUTORIDADE SUPERIOR, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

**14.5** Na forma da Lei Estadual nº 7.258/16, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados ao contrato ficará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados..... 2%;

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante. .... 5%.

**14.6** No momento da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar que mantém programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

**14.6.1** Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

## **15 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**15.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente do Banco BRADESCO, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**15.2** No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a

CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

**15.3** A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento ao DGAF, sito à Praça da República, 45 – Centro - RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

**15.4** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**15.4.1** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**15.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**15.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**15.7** A forma de pagamento será, obrigatoriamente, através de crédito em conta, de acordo com o prazo de vigência de contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da data final do período de adimplemento.

**15.8** O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

## **16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**16.1** O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

**16.1.1** As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

I - retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II - não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III - falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV - fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V - comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**16.2** Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;

- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**16.3** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**16.3.1** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 16.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

**16.4** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

**16.4.1** As sanções previstas na alínea b do item 16.1 e nas alíneas a e b, do item 16.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**16.4.2** As sanções previstas na alínea a do item 16.1 e na alínea c, do item 16.2 serão imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**16.4.3** A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 16.2, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

**16.5** Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos itens 17.6 e 17.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**16.6** As multas administrativas, previstas na alínea b do item 16.1 e na alínea b, do item 16.2.

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**16.7** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 16.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos itens 17.9 e 17.10.

**16.8** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 16.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**16.8.1** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**16.9** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções

administrativas.

**16.10** Se o valor das multas previstas na alínea b do item 16.1, na alínea b do item 16.2 e no item 16.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**16.11** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**16.12** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**16.12.1** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**16.12.2** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**16.12.2.1** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 16.1 e nas alíneas a, b e c, do item 16.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 16.2.

**16.12.3** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**16.13** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

**16.14** As penalidades previstas nos itens 16.1 e 16.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**16.14.1** Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

**a)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

**b)** impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

**c)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**16.15** As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**16.15.1** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 16.1 e nas alíneas c e d do item 16.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**16.15.2** A aplicação das sanções mencionadas no subitem 16.15.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

## **17 – ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE**



**17.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, e na cláusula sétima da minuta do Contrato (Anexo 03), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

**17.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**17.3** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

**17.4** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**17.5** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**17.6** A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**17.7** A **CONTRATADA** será obrigada a re apresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**17.8** A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 17.6 e 17.7 ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**17.9** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**17.10** No caso do item 17.9, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

## **18 - DO PRAZO**

**18.1** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

## **19 - GARANTIA**

**19.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 3% (três por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**19.1.1** A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**19.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**19.3** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 15 (quinze) dias, para que seja mantido o percentual de 3% (três) do valor do Contrato.

**19.4** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## **20 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**20.2** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

**20.3** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

**20.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

**20.5** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

**20.6** Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo 01	Proposta Detalhe
Anexo 02	Minuta Contratual
Anexo 03	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (item 12.2.5)
Anexo 04	Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo 05	Ficha de crédito em conta
Anexo 06	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
Anexo 07	Declaração de inexistência de penalidade
Anexo 08	Valor máximo estimado pela administração para contratação
Anexo 09	Termo de Referência

20.7 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

20.8 Os casos omissos serão resolvidos pelo ordenador de despesas, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

20.9 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, de de 2021.

**Aprovado por:**  
**JANKEL GRUBMAN VOTO - CEL BM**  
**Diretor-Geral de Administração e Finanças da SEDEC**  
**Id. Funcional: 26161540**

**ANEXO 1**

	<b>ANEXO 1</b>		Licitação por Pregão Eletrônico n.º 28/2021.		
			A Realizar-se em <b>XX/XX/2021</b> às hs.		
			Requisição n.º PES 0085/2021, de 24/02/2021.		
			Processo n.º:SEI270042/000175/2021.		
		<b>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</b>			
		<b>PROPOSTA DE PREÇOS</b>			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições Estipuladas constantes do <b>EDITAL n.º 28/2021</b> .			<b>CARIMBO DA FIRMA</b>		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALORES	
				Unit.	Total
1	1.1SERVICO DE SELECAO, DESCRICAO: CONTRATAÇAO DE INSTITUICAO ESPECIALIZADA NA EXECUCAO DE SERVICOS DE SELECAO DE CANDIDATOS Código do Item: 0334.002.0005 (ID - 57296)	UN	01 serviço		
OBSERVAÇÕES			<b>Prazo de Entrega: até (conforme contrato) dias úteis</b>		

1ª. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá;	Validade da Proposta: xxxxxxxxxxxx dias.
- enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras;	
- conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;	Local de Entrega: Conforme Edital
2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.	Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.
3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas.	Em, ____ / ____ / ____
4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.	Firma Proponente

## ANEXO 2

### ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Contrato nº \_\_ / \_\_

#### CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA

#### REALIZAÇÃO DE CONCURSO, DO CORPO DE

BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO \_\_\_\_\_.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Excelentíssimo Sr. Cel BM Ordenador de Despesas, identidade nº \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_ situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, resolvem celebrar a presente contrato de prestação de serviço de especializados em planejamento, organização e realização de exame intelectual para realização de concurso para o Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista (CHOAE/2021), com fundamento no processo administrativo nº. E-SEI-270042/000175/2021, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nº 3.149/80, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições

irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados em planejamento, organização e realização de exame intelectual, para realização de Concurso a fim de selecionar candidatos para provimento de vagas no Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista (CHOAE/2021) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), com o fornecimento completo de recursos materiais, humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação, correção das provas, divulgação de gabaritos, análise de recursos referente ao concurso em qualquer instância, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, conforme especificação do Termo de Referência (anexo 09).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O objeto será executado segundo o regime de execução empreitada por preço global.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**PARAGRAFO ÚNICO:** O contrato deverá seguir o seguinte cronograma de execução:

SERVIÇO	PRAZO
Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso	INÍCIO
Publicação da Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso	Sete dias após o início do processo
Inscrição do concurso	As inscrições deverão permanecer abertas por cinco dias.
Divulgação da relação preliminar dos candidatos inscritos	Cinco dias após o término do período de inscrição do concurso.
Interposição de recurso à lista de inscritos online junto à empresa contratada	Um dia após a divulgação da relação preliminar dos candidatos inscritos. Deverá permanecer aberta por dois dias.
Publicação final dos inscritos no Concurso	Dois dias após o resultado da interposição de recursos à lista de inscritos on-line.
Definição dos locais para Aplicação do Exame Intelectual	A cargo da empresa contratada, conforme o item 4.1.1 do presente T.R.
Confecção do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI)	Dois dias após a a publicação final dos inscritos no concurso.
Exame Intelectual (Primeira Chamada)	Vinte dias após a publicação final dos inscritos no concurso.
Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	Dois dias após o Exame Intelectual (Primeira Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	Concomitante à divulgação do Gabarito (Primeira Chamada). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos (Primeira Chamada)	Cinco dias após o prazo de Recursos (Primeira Chamada).
Exame Intelectual (Segunda Chamada)	Quinze dias após a aplicação do Exame Intelectual (Primeira Chamada)
Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	Dois dias após o Exame Intelectual (Segunda Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	Concomitante à divulgação do Gabarito (Segunda Chamada). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos (Segunda Chamada)	Cinco dias após o prazo de Recursos (Segunda Chamada).
Divulgação de Resultado Preliminar do Exame Intelectual (Primeira e Segunda Chamadas) e Classificação Parcial dos candidatos.	Cinco dias após a divulgação do resultado dos recursos (Segunda Chamada)

Prazo de Recurso da Divulgação de Resultado Preliminar	Concomitante à divulgação do resultado preliminar (Primeira e Segunda Chamadas). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos atinentes ao Resultado Preliminar	Cinco dias após o fim do prazo de Recursos da divulgação do resultado (Primeira e Segunda Chamada).
Divulgação Final do resultado e Classificação Final	Cinco dias após o fim do prazo da Solução dos Recursos atinentes ao Resultado Preliminar

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão especialmente designada para a fiscalização do contrato, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) nomear através de ato específico o fiscal do contrato, que coordenará junto ao departamento responsável a consecução do serviço;
- e) designar um técnico, que verificará a conformidade dos serviços prestados pela Contratada, atestando o cumprimento do contrato;
- f) encaminhar à contratada o Relatório de Qualidade dos Serviços (RAQS), para conhecimento da avaliação e do fator de desconto a ser efetuado no valor a ser faturado pelos serviços prestados;
- g) **cumprir todas as obrigações estipuladas no Termo de Referência (Anexo 9);**

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.
- k) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- l) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados..... 2%;  
II - de 201 a 500..... 3%;  
III - de 501 a 1.000..... 4%;  
IV - de 1.001 em diante. .... 5%.

**m)** Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

**n)** O serviço a ser prestado pela contratada é de forma **não** contínua (por escopo), conforme a tabela 3 do Termo de Referência;

**o)** Aplicar as provas nos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Barra Mansa, Petrópolis, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Niterói, Cabo Frio e Angra dos Reis. Para tanto, deverá constar no formulário de inscrição on-line o campo destinado à escolha de um dos municípios para realização de prova;

**p)** possuir comprovada proficiência no serviço de planejamento, organização, execução e processamento de concursos públicos;

**q)** manter o sigilo e a segurança do concurso, incluindo-se os procedimentos sanitários determinados pelo Estado em virtude da pandemia gerada pelo COVID-19;

**r)** confeccionar as Instruções Reguladoras do Concurso com assessoramento do CBMERJ;

**s)** manter contato com a Diretoria-Geral de Ensino e Instrução para tratar do andamento do concurso através do e-mail [dgei@cbmerj.rj.gov.br](mailto:dgei@cbmerj.rj.gov.br), [div.ens.dgei@gmail.com](mailto:div.ens.dgei@gmail.com), ou presencialmente no endereço: Avenida Brasil, 23800 - Guadalupe - RJ, horário de atendimento das 08h às 17h de segunda a quinta feira e de 08h às 12h às sextas-feiras;

**t)** cumprir todas as obrigações estipuladas no Termo de referência, em especial o item 7.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2021, assim classificadas:

**FONTE:** 232000000

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 06128047645690000

**NATUREZA DA DESPESA:** 3390

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ reais).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo \_\_\_\_\_ (autoridade competente), conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

-provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de .... (.....) horas após a entrega do serviço;

-definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de ..... (....) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato,

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) parcelas, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), cada uma delas, sendo efetuada mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº \_\_\_\_\_, agência \_\_\_\_\_, de titularidade da



CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao DGAF, sito à Praça da República, nº 45 Centro – Rio de Janeiro, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente (s) competente(s).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

**PARÁGRAFO NONO** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 15 (quinze), contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 3 % (três) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 15 (quinze), para que seja mantido o percentual de 3% (três) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (quinze), sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O levantamento da garantia contratual por parte da **contratada**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

**I** – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

**II** – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

**III** – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

**IV** – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

**V** – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

**PARÁGRAFO NONO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e

danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I – quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II – quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: TERMO DE REFERÊNCIA**

Encontra-se anexo ao presente contrato, o Termo de Referência.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

### ANEXO 03

#### *Declaração de Atendimento ao disposto no 7.º, inciso XXXIII, da CF*

Data:

**Pregão Nº 28/2021**

À SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Prezados Senhores,  
\_\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_, tendo examinado o Edital, vem declarar sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Localidade, aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_(assinatura)\_\_\_\_\_

#### **ANEXO 04**

Pregão N° 28/2021

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL**  
**DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

#### **DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social do licitante) com endereço na \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que a empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

(local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

(assinatura, nome completo, cargo, C.P.F., Documento de identidade)

**ANEXO 05**  
Pregão N° 28/2021

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL**  
**DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**FICHA DE DECLARAÇÃO PARA CRÉDITO EM CONTA**  
**(ART. 2º DO DECRETO N.º 999, DE 17.11.76)**

NOME:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	ESTADO:
TELEFONE:	CNPJ/CNPJF:
FAX:	
E-mail:	

INSC. ESTADUAL:	INSC. MUNICIPAL:
-----------------	------------------

BANCO BRADESCO:
CONTA BANCÁRIA:
AGÊNCIA:

O abaixo assinado declara-se titular da conta bancária com as características acima, onde deverão ser creditadas as importâncias que lhe são devidas por esse órgão. Declara, outrossim, estar ciente das disposições do Art. 2º do Decreto nº 999, de 17/11/76, com as quais está de pleno acordo.

LOCAL E DATA:
Assinatura (s) autoridade (s)

VISTO DA AGÊNCIA BANCÁRIA:
----------------------------

**ANEXO 06**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**



(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no item (COMPLETAR) do Edital SEI-27/042/000175/2021 – PE 28/2021 declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

1. A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do SEI-270042/000175/2021– PE 28/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do SEI-270042/000175/2021– PE 28/2021, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
3. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do SEI-270042/000175/2021 – PE XX/2021, quanto a participar ou não da referida licitação;
4. Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do E-27/042/000175/2021 – PE 28/2021 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
5. Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de CBMERJ/SEDEC antes da abertura oficial das propostas e;
6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO NO  
ÂMBITO DA LICITAÇÃO)

#### **ANEXO 07**

#### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE**

(EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

A Comissão de Licitação ou Pregoeiro

(Entidade) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, pela SEDEC/CBMERJ, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/93 e/ou impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, conforme previsto no inciso IV do art. 87 da Lei 8666/93.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

#### ANEXO 08

PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS MÁXIMOS  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2021 – PROCESSO: SEI-27/042/000175/2021

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	SERVICO DE SELECAO, DESCRICAO: CONTRATACAO DE INSTITUICAO ESPECIALIZADA NA EXECUCAO DE SERVICOS DE SELECAO DE CANDIDATOS Código do Item: 0334.002.0005 (ID - 57296)	1	196.314,00

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO:

O presente Termo de Referência foi criado com base no Estudo Técnico Preliminar de Nº 12613485, elaborado por comissão designada para o estudo, conforme a Nota CHEMG 1019/2020 publicada no Boletim SEDEC/CBMERJ 050 de 14/12/2020, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de exame intelectual, etapa esta constante em Concurso a fim de selecionar candidatos para provimento de vagas no Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista (CHOAE/2021) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), com o fornecimento completo de recursos materiais, humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão,

aplicação, correção das provas, divulgação de gabaritos, análise de recursos referente ao concurso em qualquer instância, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços.

CURSO	ESTIMATIVA DE INSCRITOS
CHOAE/2021 QOA	DGP (700 Subten / 2104 1º Sgt) (TOTAL = 2804)
CHOAE/2021 QOE Especialista	DGP ( 20 Subten / 105 1º Sgt) (TOTAL = 125)
CHOAE/2021 QOE Músico	DGP (57 Subten ) (TOTAL = 57)

## 2. JUSTIFICATIVA:

Considerando o artigo 16 do Decreto-Lei nº 325, de 22 de setembro de 1976, que versa sobre os quadros de Oficiais Especialistas (QOE), e de Oficiais Administrativos (QOA) do CBMERJ, explicitando os pré-requisitos de ingresso no Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista.

Considerando que o último processo de prestação de serviços especializados, conforme o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, foi realizado em 2018, e poderia assim gerar uma descontinuidade na fluidez e regularidade do Quadro de Oficiais Administrativos e Especialistas, causando uma deficiência nos serviços prestados à população.

Considerando que os últimos formandos no CHOAE atenderão ao interstício para promoção ao posto de 1º Tenente em 25 de Dezembro de 2021, e considerando que a Lei nº 3.804, de 04 de abril de 2002, fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro com previsão de 72 vagas para o Quadro de Oficial Administrativo (QOA), 02 vagas para o Quadro de Oficial Especialista (QOE) Músico e 02 vagas para o Quadro de Oficial Especialista (QOE) Comunicações.

Desta forma, com a finalidade de se evitar a inviabilidade da realização do Concurso Interno por não se dispor, o CBMERJ, de setor ou assemelhado para tal finalidade e, com isto, causar a descontinuidade do Quadro de Oficiais Administrativos e Especialistas do CBMERJ, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a realização desse certame, mediante procedimento licitatório, por meio de uma das modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

## 3. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

O serviço a ser prestado pela contratada é de forma não contínua (por escopo), conforme a tabela abaixo:

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA
Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso	Documento que tem por finalidade regular os processos referentes à inscrição, à realização do exame intelectual, à confecção dos seus respectivos gabaritos, aos recursos e ao resultado e classificação final do concurso de admissão ao Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista.	Deverá disponibilizar pessoal qualificado para elaborar, com assessoramento do CFAP, as instruções Reguladoras, que atenderá aos dispositivos do contrato de prestação de serviço.
Publicação		Deverá dar publicidade a Instrução Reguladora através do site (home page)

As Instruções Reguladoras do Concurso	É o ato de publicação oficial das Instruções Reguladoras.	Reguladora, através de site (home-page) e canal de comunicação oficial conforme previsto no Contrato de prestação de serviços.
Inscrição no Concurso	É o ato de inscrição do candidato ao concurso de admissão ao Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista.	Deverá disponibilizar através da Internet com específica coleta de dados que atenda, a necessidade e conveniência da contratante, tendo em vista, principalmente, que o concurso será estratificado por Curso e por Qualificação de Bombeiro Militar Particular (QBMP) o que deverá ser refletido nos dados para inscrição.
Confirmação de Inscrição	O cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) do candidato é o documento onde são fornecidas informações referentes à data, horário, tempo de duração e Local de realização do Exame Intelectual, bem como o nome do estabelecimento, endereço, sala, dentre outras informações que são importantes. Tal documento deverá ser obtido e impresso, pelo candidato, através de sistema disponibilizado na internet pela contratada, de acordo com o prazo estabelecido no item 11.	Deverá disponibilizar, através de sistema na internet, em prazo estabelecido na execução dos serviços, para que o candidato consiga consultá-lo e imprimi-lo. No caso de divergência entre as informações constantes no CCI, constatado pelo candidato, a contratada deverá disponibilizar estrutura para as devidas correções até a publicação final dos inscritos.
Definição dos Locais para Aplicação do Exame Intelectual	Conforme estabelecido no item 4.1.1 deste Termo de Referência	Deverá atender o que foi estabelecido no item 4.1.1 deste Termo de Referência.
Publicação final dos Inscritos no Concurso	É o ato de publicação oficial da relação final dos candidatos inscritos no concurso de admissão ao Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista.	Deverá dar publicidade a Relação final dos Inscritos no Concurso, separados nos quadros QOA e QOE, através de site (home-page) e canal de comunicação oficial conforme previsto neste Termo e no Contrato de prestação de serviços.
Elaboração do Banco de Questões do Exame Intelectual	É o ato de confecção das questões que comporão o banco de dados para, posterior, elaboração, confecção e impressão do Exame Intelectual. (Ao final desta fase o banco de questões deve ser compartilhado com o CBMERJ)	Deverá elaborar as questões de acordo com o conteúdo programático (item 5), levando em consideração a proporção dos assuntos abordados em cada disciplina e a referência bibliográfica.
Exame Intelectual (Primeira Chamada)	<p>O exame Intelectual será composto de prova com questões de múltipla escolha com cinco (05) alternativas, sendo apenas uma a resposta correta. A prova conterá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dez (10) questões de Língua Portuguesa;</li> <li>• Dez (10) Questões de Matemática; e</li> <li>• Vinte (20) questões de Conhecimentos Profissionais de bombeiro Militar.</li> </ul> <p>Tanto a primeira quanto a segunda chamadas (somente para os militares que forem impedidos de participar da primeira chamada em virtude de ter sido infectado pelo COVID-19) terão a mesma composição de questões.</p>	<p>A aplicação do exame Intelectual será de responsabilidade da contratada, e deverá atender as premissas estabelecidas nas Instruções Reguladoras dos Concursos. Todas as informações pertinentes ao exame intelectual deverão estar disponíveis no site da contratada, no sentido de garantir a orientação dos participantes do concurso. É responsabilidade da empresa contratada a elaboração, confecção, impressão, aplicação e correção do Exame Intelectual.</p>

Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	É o ato de publicação do Gabarito do Exame Intelectual.	Deverá dar publicidade ao Gabarito do Exame Intelectual, até dois (02) dias corridos a partir do fim do exame Intelectual, através do site (home-page) e canal de comunicação oficial, conforme previsto no Contrato de Prestações de Serviços.
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	É o período para interposição de recursos sobre a confecção das questões e a publicação do Gabarito do Exame Intelectual divulgado pela empresa contratada.	Deverá disponibilizar um canal de comunicação para que o candidato possa impetrar os recursos com facilidade, e dentro dos prazos previstos no item 11.  Neste período a empresa contratada deverá responder a todos os recursos impetrados dentro do prazo de cinco (05) dias úteis a partir da Divulgação do Gabarito.
Exame Intelectual (Segunda Chamada)	<p>O exame Intelectual será composto de prova com questões de múltipla escolha com cinco (05) alternativas, sendo apenas uma a resposta correta. A prova conterà:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dez (10) questões de Língua Portuguesa;</li> <li>• Dez (10) Questões de Matemática; e</li> <li>• Vinte (20) questões de Conhecimentos Profissionais de bombeiro Militar.</li> </ul> <p>Tanto a primeira quanto a segunda chamadas (somente para os militares que forem impedidos de participar da primeira chamada em virtude de ter sido infectado pelo COVID-19) terão a mesma composição de questões.</p>	A aplicação do exame Intelectual será de responsabilidade da contratada, e deverá atender as premissas estabelecidas nas Instruções Reguladoras dos Concursos. Todas as informações pertinentes ao exame intelectual deverão estar disponíveis no site da contratada, no sentido de garantir a orientação dos participantes do concurso. É responsabilidade da empresa contratada a elaboração, confecção, impressão, aplicação e correção do Exame Intelectual.
Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	É o ato de publicação do Gabarito do Exame Intelectual.	Deverá dar publicidade ao Gabarito do Exame Intelectual, até dois (02) dias corridos a partir do fim do exame Intelectual, através do site (home-page) e canal de comunicação oficial, conforme previsto no Contrato de Prestações de Serviços.
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	É o período para interposição de recursos sobre a confecção das questões e a publicação do Gabarito do Exame Intelectual divulgado pela empresa contratada.	Deverá disponibilizar um canal de comunicação para que o candidato possa impetrar os recursos com facilidade, e dentro dos prazos previstos no item 11.  Neste período a empresa contratada deverá responder a todos os recursos impetrados dentro do prazo de cinco (05) dias úteis a partir da Divulgação do Gabarito.
Divulgação de Resultado	A nota final será dada pela média ponderada das notas obtidas nas três (03) disciplinas de acordo com os seguintes pesos:  Conhecimentos Profissionais de	Deverá dar publicidade ao resultado do exame Intelectual, através de site (home-page) e canal de comunicação oficial, conforme previsto no Contrato de

	Bombeiro Militar - Peso 3; Língua Portuguesa - Peso 2; e Matemática - Peso 2.	Prestação de Serviços.
Prazo de Recurso da Divulgação de Resultado	É o período para interposição de recursos sobre a publicação da Divulgação de Resultado disponibilizado pela empresa contratada.	Deverá disponibilizar canal de comunicação para que o candidato possa impetrar os recursos com facilidade, e dentro dos prazos previstos na execução dos serviços.
Divulgação Final do resultado e Classificação Final	Ato oficial de publicação do Resultado final e Classificação final dos candidatos no concurso de admissão ao Curso de Habilitação ao Oficialato Administrativo e Especialista.	Deverá dar publicidade ao Resultado do Exame Intelectual, com relação final dos alunos ordenados por classificação intelectual, através de site (home-page) e canal de comunicação oficial, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços.

#### 4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

##### 4.1.1 Locais de Aplicação de Provas:

As provas serão aplicadas nos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Barra Mansa, Petrópolis, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Niterói, Cabo Frio e Angra dos Reis. Para tanto, deverá constar no formulário de inscrição on-line o campo destinado a escolha de um dos municípios para realização de prova.

Os locais de prova deverão ser preferencialmente escolas, faculdades ou outros que disponham de infraestrutura para referida atividade, tais como: mesa, carteiras, quadro para possíveis avisos, iluminação adequada, local protegido de possíveis intempéries e climatizado, dotados de banheiros, e que ofereçam condições confortáveis para a realização do exame. Devendo-se atentar quanto as medidas sanitárias necessárias para evitar a propagação do COVID-19.

##### 4.1.2 Demais Serviços:

Os locais dos demais serviços ficarão a cargo da empresa contratada, devendo cumprir os serviços dentro dos prazos estabelecidos.

#### 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 5.2.1 Língua Portuguesa:

Interpretação de texto. Uso formal e informal da língua. Norma culta. Conotação e denotação. Uso da língua e adequação ao contexto. Língua escrita e língua falada. Coesão e coerência textual. Elementos da comunicação. Funções da linguagem. Linguagem verbal e não verbal. Signo linguístico: significante e significado. Significação das palavras: sinonímia, antonímia, parônima e homonímia. Polissemia. Frase, oração e período. A estrutura da frase: ordem direta e indireta do discurso frasal. Discurso direto e indireto. O sistema ortográfico do português. Acentuação gráfica e sinais diacríticos. Relação fonema/letra. Dígrafos, encontros vocálicos e consonantais. Pontuação. Emprego dos sinais de pontuação: a pontuação expressiva. Estrutura e formação de palavras. Flexão nominal de gênero e de número. Flexão verbal: verbos regulares, irregulares, defectivos e anômalos. Vozes verbais. Regência verbal e nominal. Crase. Concordância verbal e nominal. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação (valores sintáticos e semânticos). Valores semânticos das conjunções e das preposições. Colocação de pronomes átonos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** A cargo da contratada, fazendo constar livros de autores renomados e de fácil aquisição no mercado, utilizados com frequência no meio acadêmico.

##### 5.2.2 Matemática:

Conjunto, Conjuntos Numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais), Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), Razão, Proporção, Porcentagem e Juros Simples, Progressões (aritméticas e geométricas); Funções: conceito, composta e inversa. Função afim, quadrática, modular, exponencial e logaritmo. Operações com logaritmos; Análise

Combinatória e probabilidade; Matrizes, sistemas lineares; Equações de 1º e 2º graus; Sistemas de Equações de 1º e 2º graus; Geometria Plana (semelhança, relações métricas, figuras planas, comprimento e área); Geometria espacial (volume do prisma, cilindro e da esfera); Trigonometria (no triângulo retângulo e funções circulares); Equações trigonométricas; Polinômios; Tratamento da informação, problemas de lógica e raciocínio.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** A cargo da contratada, fazendo constar livros de autores renomados e de fácil aquisição no mercado, utilizados com frequência no meio acadêmico.

### 5.2.3 Disciplina de conhecimentos profissionais de bombeiro-militar

#### 5.2.3.1 Atendimento Pré-hospitalar :

Avaliação da cena; Ferramentas, equipamentos e acessórios (FEAS) utilizadas pelo socorrista para estabilização da vítima; Cinemática do trauma; Assistência ao politraumatizado ao APH; Abordagem à coluna vertebral no trauma; Hemorragias maciças; Abordagem às fraturas de pelve e extremidades; Situações Específicas no trauma; Salvamento veicular; Alterações fisiológicas decorrente de mudanças ambientais; Resposta a incidentes com múltiplas vítimas; Suporte básico de vida; Atendimento pré-hospitalar em casos de afogamento; Emergências clínicas; Avaliação do estado mental anormal na emergência; Acidentes com animais peçonhentos; Emergências obstétricas.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA :** Manual do Socorrista Militar: 2019 / CBMERJ. Rio de Janeiro: CBMERJ, 2019

#### 5.2.3.2 Combate a incêndio:

Teoria do desenvolvimento dos incêndios; Leitura da fumaça; Água no combate a incêndio; Técnicas de aplicação de água; Abordagem de ambiente; Equipamentos de proteção individual; Busca e salvamento em incêndios; Objetivos táticos do combate a incêndio.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:** Manual de Combate a Incêndio Urbano: 2019 / CBMERJ. Rio de Janeiro: CBMERJ, 2019.

#### 5.2.3.3 Ordem unida :

Dos sinais de respeito; Da continência; Da apresentação; Da continência da tropa; Dos hinos; Das bandeiras-insígnias, distintivos e estandartes; Das honras de recepção e despedida; Das comissões de cumprimentos; Das comissões de pêsames; Do preito da tropa; Da precedências nas cerimônias; Da Bandeira Nacional; Dos compromissos; Das passagens de Comando, Chefia ou Direção; Das recepções e despedidas de militares; Das condecorações; Das guardas dos quartéis e estabelecimentos militares.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:** Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997 - Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

#### 5.2.3.4 Legislação de Bombeiro-Militar:

Disposições preliminares; Do ingresso no CBMERJ; Da Hierarquia e da disciplina no Corpo de Bombeiros; Do cargo e da função de Bombeiro Militar; Das obrigações de Bombeiro-Militar; Dos deveres de Bombeiro-Militar; Da violação das obrigações e deveres do Bombeiro-Militar; Dos Direitos; Das prerrogativas; Das situações especiais; Da exclusão do serviço ativo; Do tempo de serviço; Do casamento; Das recompensas e das dispensas do serviço.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA :** Lei nº 880, de 25 de julho de 1985 - Dispõe sobre o Estatuto dos bombeiros-militares do estado do rio de janeiro e dá outras providências.

## 6. QUANTITATIVO

<b>Código do item</b>	<b>Família</b>	<b>ID</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade de fornecimento</b>	<b>Quantidade</b>
0334.002.0005	51	57296	Contratação de instituição especializada na execução de serviços de seleção de candidatos.	Unidade	01

## **7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

A contratada deverá possuir comprovada proficiência no serviço de planejamento, organização, execução e processamento de concursos públicos, cabendo:

- a) Manter o sigilo e a segurança do concurso, incluindo-se os procedimentos sanitários determinados pelo Estado em virtude da pandemia gerada pelo COVID-19;
- b) Confeccionar as Instruções Reguladoras do Concurso com assessoramento do CBMERJ;
- c) Divulgar o processo seletivo;
- d) Processar as Inscrições, com a disponibilidade de sistema de inscrição através da internet, contendo dados que atendam a necessidade e conveniência da contratante, tendo em vista, principalmente, que o concurso será estratificado por Curso e por Qualificação de Bombeiro Militar Particular (QBMP) o que deverá ser refletido nos dados para a inscrição;
- e) A elaboração e divulgação da confirmação de inscrição do candidato devendo fornecer as informações referentes à data, horário, tempo de duração, local de realização do Exame Intelectual, nome do estabelecimento, endereço, sala, dentre outras informações. Tal documento deverá ser obtido e impresso, obrigatoriamente pelo candidato, através do sistema disponibilizado na Internet pela contratada, em prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, a ser divulgado por ocasião da publicação das Instruções Reguladoras. Em caso de divergência entre as informações constantes no Cartão de Confirmação de inscrição (CCI), constatado pelo candidato, a contratada deverá disponibilizar estrutura para devidas correções;
- f) Elaborar e confeccionar as provas;
- g) Prever a confecção e a aplicação de 01 (uma) prova de segunda chamada destinada aos militares que, estejam em isolamento social, devidamente exigido e autorizado por médico competente, na data do exame intelectual (Primeira Chamada) em virtude da infecção causada pelo COVID-19;
- h) Participar à Diretoria Geral de Ensino e Instrução sobre o planejamento para a seleção e os devidos critérios para a escala dos profissionais selecionados que confeccionarão o banco de questões da prova;
- i) Corrigir as provas, por processamento eletrônico (leitura ótica);
- j) Convocar os candidatos para a realização do exame intelectual (Primeira e segunda chamadas) nos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Barra Mansa, Petrópolis, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Niterói, Cabo Frio e Angra dos Reis. Para tanto, deverá constar no formulário de inscrição on-line o campo destinado a escolha de um dos municípios para realização de prova;
- k) Realizar a locação dos locais de prova, respeitando o que foi preconizado na alínea supracitada;
- l) Disponibilizar no formulário de inscrição on-line o campo destinado à escolha dos municípios para a realização do exame intelectual (primeira e segunda chamadas);
- m) Adotar as medidas logísticas necessárias à aplicação das provas, inclusive as sanitárias exigidas pelo Estado em virtude da pandemia gerada pelo COVID-19;
- n) Selecionar locais de prova que deverão ser, preferencialmente, escolas, faculdades ou outros que disponham de infraestrutura para referida atividade, tais como: mesa, carteiras, quadro para possíveis avisos, iluminação adequada, local protegido de possíveis intempéries e climatizado, dotados de banheiros, e que ofereçam condições confortáveis para a realização do exame. Devendo-se atentar quanto as medidas sanitárias necessárias para evitar a propagação do COVID-19;
- o) Aplicação e fiscalização das provas;
- p) Recebimento e análise de recursos, inclusive aqueles oriundos dos militares faltosos por estarem em isolamento interposto por médico por causa da COVID-19;
- q) Manutenção de canais de comunicação através de home-page, e-mail e central de atendimento



durante toda duração do certame;

r) Remeter à Diretoria Geral de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, por meio eletrônico (arquivo .pdf organizado por número de inscrição, quadro, nome completo e rg), todas as cópias de recursos impetrados pelos candidatos e as respectivas respostas da empresa contratada, bem como a prova, gabarito oficial e qualquer alteração posterior de gabarito para que sejam arquivados nesta Diretoria;

s) Apresentação de relatório final e sistema de conduta;

t) Atender o disposto na Lei nº. 8666/93;

u) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

v) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

w) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem sub-contratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

x) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

y) Apresentar um plano de ação, para aprovação pelo CBMERJ, contendo todas as ações para triagem e identificação de militares que estejam com sintomas característicos de suposta infecção pelo COVID-19 nos dias das provas, assim como a descrição de todas as medidas preventivas de contágio pelo novo coronavírus.

z) Utilizar como referência para o banco de questões a ser aplicado no exame intelectual, o conteúdo programático no item 5 deste Termo de Referência.

## 8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

a) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado como fiscal de contrato, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

b) Encaminhar à contratada o Relatório de Qualidade dos Serviços (RAQS), para conhecimento da avaliação e do fator de desconto a ser efetuado no valor a ser faturado pelos serviços prestados;

## 9. SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10. BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

A empresa contratada deverá atentar para o cumprimento, e comprová-lo quando solicitado, de medidas do desenvolvimento sustentável quando da aquisição dos materiais, elaboração, confecção, armazenamento e descarte a serem desenvolvidos durante todo processo descrito no Escopo dos Serviços a serem prestados por parte da empresa contratada, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº. 43.629, de 5 de junho de 2012 .

## 11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO	PRAZO
Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso	INÍCIO
Publicação da Elaboração das Instruções Reguladoras do Concurso	Sete dias após o início do processo
	As inscrições deverão permanecer abertas

Inscrição do concurso	As inscrições deverão permanecer abertas por cinco dias.
Divulgação da relação preliminar dos candidatos inscritos	Cinco dias após o término do período de inscrição do concurso.
Interposição de recurso à lista de inscritos online junto à empresa contratada	Um dia após a divulgação da relação preliminar dos candidatos inscritos. Deverá permanecer aberta por dois dias.
Publicação final dos inscritos no Concurso	Dois dias após o resultado da interposição de recursos à lista de inscritos on-line.
Definição dos locais para Aplicação do Exame Intelectual	A cargo da empresa contratada, conforme o item 4.1.1 do presente T.R.
Confecção do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI)	Dois dias após a a publicação final dos inscritos no concurso.
Exame Intelectual (Primeira Chamada)	Vinte dias após a publicação final dos inscritos no concurso.
Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	Dois dias após o Exame Intelectual (Primeira Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Primeira Chamada)	Concomitante à divulgação do Gabarito (Primeira Chamada). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos (Primeira Chamada)	Cinco dias após o prazo de Recursos (Primeira Chamada).
Exame Intelectual (Segunda Chamada)	Quinze dias após a aplicação do Exame Intelectual (Primeira Chamada)
Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	Dois dias após o Exame Intelectual (Segunda Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação do Gabarito (Segunda Chamada)	Concomitante à divulgação do Gabarito (Segunda Chamada). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos (Segunda Chamada)	Cinco dias após o prazo de Recursos (Segunda Chamada).
Divulgação de Resultado Preliminar do Exame Intelectual (Primeira e Segunda Chamadas) e Classificação Parcial dos candidatos.	Cinco dias após a divulgação do resultado dos recursos (Segunda Chamada)
Prazo de Recurso da Divulgação de Resultado Preliminar	Concomitante à divulgação do resultado preliminar (Primeira e Segunda Chamadas). Os candidatos deverão impetrar recurso em até cinco dias.
Divulgação da Solução dos Recursos atinentes ao Resultado Preliminar	Cinco dias após o fim do prazo de Recursos da divulgação do resultado (Primeira e Segunda Chamadas).
	Cinco dias após o fim do prazo da Solução

11.1 Os prazos deverão considerar a realização em dias úteis.

11.2 A CONTRATADA deverá manter contato com a Diretoria-Geral de Ensino e Instrução para tratar do andamento do concurso através do e-mail [dgei@cbmerj.rj.gov.br](mailto:dgei@cbmerj.rj.gov.br), [div.ens.dgei@gmail.com](mailto:div.ens.dgei@gmail.com), ou presencialmente no endereço: Avenida Brasil, 23800 - Guadalupe - RJ, horário de atendimento das 08h às 17h de segunda a quinta feira e de 08h às 12h às sextas-feiras.

11.3 O contrato oriundo desse processo licitatório terá validade de 01 (um) ano, a partir da assinatura das partes, prorrogáveis caso haja interesse devido à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, por até sessenta meses, conforme art. 57, II, da Lei nº. 8666/1993.

## 12. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO ? ANS

Com fito de se avaliar a prestação dos serviços disponibilizados pela CONTRATADA durante TODA a vigência do Contrato, se na execução do contrato ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual de que possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta sofrerá descontos nas seguintes proporções, sem prejuízo da adoção das sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	QTD DE OCORRÊNCIAS
1	Permitir, a contratada ou seus funcionários, situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência	4	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por funcionário	4	
3	Deixar de efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato, por ocorrência, por dia e por ocorrência	4	
4	Deixar de atender as exigências sanitárias vigentes no tocante às medidas estabelecidas pelas autoridades competentes para a contenção da propagação do COVID-19	4	
5	Deixar de enviar para a DGEI nos prazos estabelecidos, em meio digital, todas as provas, gabaritos, resultados de análise de recursos e as planilhas com a relação de inscritos no concurso, as abstenções para a realização da provas, assim como a classificação final.	4	
6	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	3	
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	3	
8	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	3	
9	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia	2	
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	2	

11	Permitir a presença de funcionário sem identificação	1	
12	Deixar de substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades	1	
13	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela, por item e por ocorrência	1	
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>			

Caberá à comissão de fiscalização do contrato avaliar a CONTRATADA, utilizando a tabela acima e os itens descritos neste termo e encaminhar toda documentação ao Gestor do contrato.

Caberá ao Gestor do Contrato consolidar as avaliações recebidas e apurar o percentual de liberação da fatura correspondente.

#### 12.1.1 TABELA DE PONTUAÇÃO PARA GLOSA DA FATURA

PONTOS	CORRESPONDÊNCIA
de 1 até 8	0,5% sobre o valor mensal do contrato
de 9 até 18	1,0% sobre o valor mensal do contrato
de 19 até 27	2,0% sobre o valor mensal do contrato
de 28 até 36	4,0% sobre o valor mensal do contrato
de 37 até 45	5,0% sobre o valor mensal do contrato
mais de 45	6,0% sobre o valor mensal do contrato

#### 12.1.2 FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O formulário constante do ANEXO A, será preenchido pelos fiscais de contrato responsáveis por cada posto, para ser consolidado e lançado na respectiva Fatura mensal quando aplicável.

Na coluna "Qtde de Ocorrências", o fiscal deverá registrar a quantidade de ocorrências observadas em cada de item para o cálculo do desconto.

Ao final o formulário será assinado pelo Fiscal responsável da CONTRATANTE e pelo preenchimento e pelo Preposto designado pela CONTRATADA para o Posto de serviço.?

### 13 DISPOSIÇÕES GERAIS

A empresa contratada deverá apresentar documento comprobatório atestando a capacidade técnica para a execução do serviço, tais como: atestados, registros e garantias de serviços prestados por ela, inspeções, qualificações, dentre outros.

---

ELABORADOR DO TERMO DE REFERÊNCIA

**WAGNER MARQUES DA SILVA** - MAJ BM QOC/03

RG CBMERJ 34.002 ID FUNCIONAL 4149239-0

---

REVISOR DO TERMO DE REFERÊNCIA

FRANKLIN **EDUARDO DANTAS** DA SILVA- TEN CEL BM QOC/02

RG CBMERJ 31.251 ID FUNCIONAL 614190-0

CHEFE DA DGAL/05

---

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

MARCIO LUIS SILVA **INOCÊNCIO** - Cel BM QOC/98

RG CBMERJ 22.723 - ID FUNCIONAL 613027-5

DIRETOR GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

**ANEXO A**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	QTD DE OCORRÊNCIAS
1	Permitir, a contratada ou seus funcionários, situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência;	4	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por funcionário;	4	
3	Deixar de efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato, por ocorrência, por dia e por ocorrência ;	4	
4	Deixar de atender as exigências sanitárias vigentes no tocante às medidas estabelecidas pelas autoridades competentes para a contenção da propagação do COVID-19	4	
5	Deixar de enviar para a DGEI nos prazos estabelecidos, em meio digital, todas as provas, gabaritos, resultados de análise de recursos e as planilhas com a relação de inscritos no concurso, as abstenções para a realização da provas, assim como a classificação final.	4	
6	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3	
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	3	
8	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	3	
9	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	2	

10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	2	
11	Permitir a presença de funcionário sem identificação;	1	
12	Deixar de substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades	1	
13	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela, por item e por ocorrência;	1	
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>			

Observações:

---



---

Pontuação obtida: _____
-------------------------

Ciente do preposto da empresa Nome: _____ RG: _____ Assinatura: _____
--

Rio de Janeiro, \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_

Fiscal de Contrato

Posto ou Grad./Nome/RG